

# Revista do **SESCON RS**

Publicação do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul

ANO IX | Nº 70/19 | DEZEMBRO DE 2014

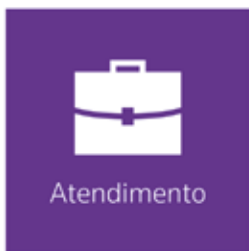


ENTREVISTA  
LASIER MARTINS

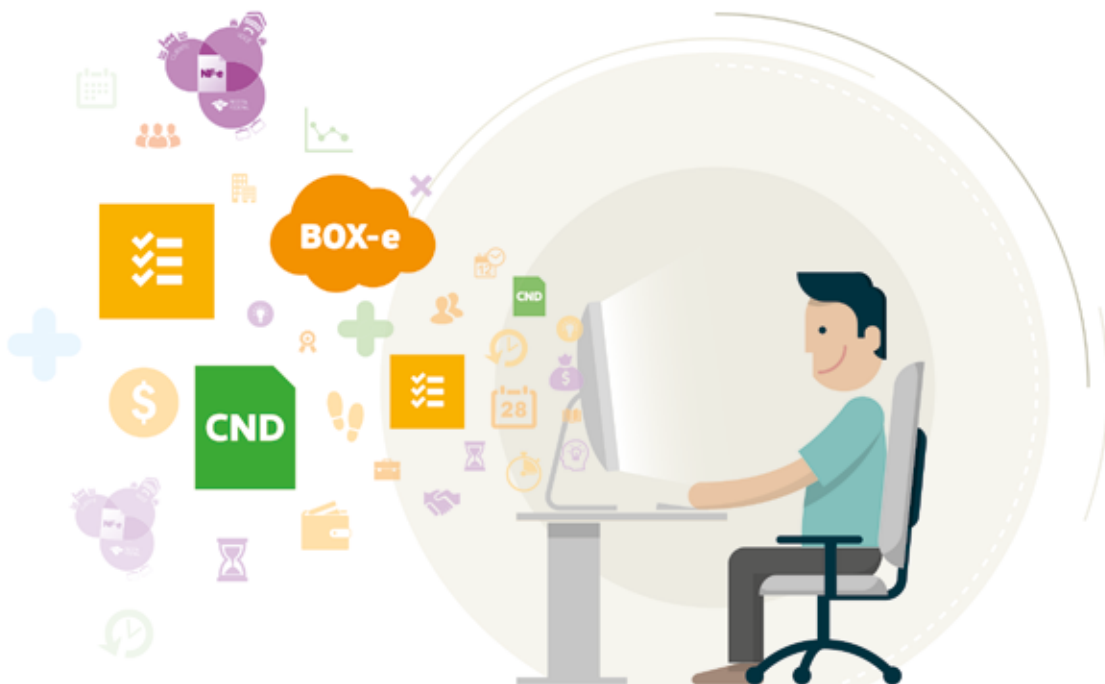
PÁG. 6

# Ajustes para o Brasil voltar a crescer

PÁG. 12



# ATENDENDO COM EFICIÊNCIA SUA EMPRESA DE CONTABILIDADE E SEUS CLIENTES.



AGORA COM CONTROLE DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO.



Para ficar ainda mais completo, o Domínio Atendimento está com uma nova funcionalidade, o gerenciamento completo de Certidão Negativa de Débito (CND). Além de buscar e emitir automaticamente as CND na Internet, com ela você armazena, registra e pode controlar a periodicidade e o vencimento dos documentos. O sistema também tem a opção de publicar automaticamente a CND para o cliente e enviar e-mail com notificações. Tudo rápido, fácil e organizado.

Informações comerciais: **0800 645 4004**  
[www.dominiosistemas.com.br](http://www.dominiosistemas.com.br)

**dominio**  
sistemas  
*Now part of Thomson Reuters*

# Prezado leitor

O desaquecimento da economia e a perspectiva de um 2015 de baixo crescimento, como demonstrado na reportagem de capa desta edição, não chegam a nos surpreender. Inclusive confirmam os relatórios mensais do projeto Gestão Pública Eficaz, que é realizado por nossa entidade através de suporte técnico da PUCRS. Se no começo o projeto tinha por objetivo obter informações so-

FOTO: GUILI BOLFONI



**DIOGO CHAMUN**  
PRESIDENTE

bre a gestão dos recursos públicos para melhor análise do destino dos recursos oriundos dos impostos, já nas primeiras pesquisas percebemos que o SESCON-RS passou a ser referência nacional sobre as questões levantadas. O que era, inicialmente, para atender objetivos da nossa gestão, ampliou seus resultados com repercussão na imprensa especializada e apoio da sociedade organizada, que vem utilizando os relatórios como fonte para suas ações de representação.

Mas além do sucesso do programa de análise da gestão pública, adotamos uma política de aproximação com os futuros profissionais da área de ciências contábeis. Através do programa SESCON-RS Universitário já realizamos diversos encontros com as universidades e faculdades no Estado, com objetivo de estreitar o relacionamento com estudantes, contribuindo com informações sobre o mercado de trabalho. A edição deste mês traz ainda uma entrevista especial com o Senador eleito Lasier Martins, que trocou o jornalismo pela atividade política partidária.

Temos também notícias sobre gestão, que aborda os programas de Compliance, além de uma reportagem que mostra o comportamento sob o aspecto da resiliência. As ações SESCON-RS e o Aconteceu mostram as atividades que temos desenvolvido na representação e para o desenvolvimento das empresas de serviços.

Uma boa leitura!

3	PALAVRA DO PRESIDENTE
4	PANORAMA
6	ENTREVISTA
8	GESTÃO
10	GERAL
12	CAPA



16	ARTIGO
18	AÇÕES SESCON-RS
20	ACONTECEU
22	PONTO DE VISTA

# Sescon Universi

## o encontro da te

ALÉM DE CONHECEREM O FUTURO MERCADO PROFISSIONAL, ESTUDANTES TIRAM DÚVIDAS SOBRE OS RAMOS DE ATUAÇÃO E DEMANDAS ATUAIS DA ÁREA QUE ESTÃO EM FORMAÇÃO



**WENDY HADDAD CARRARO**

que têm em comum Caxias do Sul, Canela, Nova Petrópolis, Lajeado e Porto Alegre? Geograficamente, estão todas localizadas no Rio Grande do Sul, mas essas cidades já receberam o projeto Sescon Universitário, que visa estreitar o relacionamento entre os estudantes e o

ambiente empresarial, oportunizando a integração dos alunos com a realidade do seu futuro profissional. Conforme o Diretor do SESCON-RS José Roberto Pires, “esta iniciativa é de muita importância para os acadêmicos, pois tem a intenção de mostrar os diversos caminhos que a profissão lhes proporciona. Muitos acadêmicos têm dúvidas sobre o mercado de trabalho e que caminhos seguir após a sua formação”. Pires diz ainda que a proposta de “aproximação da entidade com as Universidades é muito importante, pois aproxima os ensinamentos teóricos com a realidade onde irá trabalhar, além de enriquecer seus conhecimentos acerca das atividades que irá desempenhar” conclui.

E na área acadêmica, a preocupação é a mesma, como explica a professora de Contabilidade Gerencial Wendy Haddad Carraro, da UFRGS, que ministra as disciplinas de Planejamento Contábil, com o enfoque gerencial. “Sinto que há uma grande necessidade dos alunos terem o contato com experiências profissionais, e mais: com a necessidade do que será a realidade depois que estiverem no mercado. Temos alunos que querem empreender, ter o seu escritório de



**ELIAS MILTON DENICOL**

serviços contábeis, de perícia, atuar como auditor. É importante ter este conhecimento prévio.” De acordo com a mestre, “muitas vezes, o aluno ingressa no curso não sabendo o que irá fazer ao final, pois são várias as possibilidades”. Até mesmo para aqueles alunos que optam por uma carrei-

# Contador: teoria com a prática

ra pública, o conhecimento das possibilidades e como é a vida de uma empresa de serviços contábeis, com quem pode contar, como pode atuar, muitas vezes pode estimulá-los ao empreendedorismo e à atuação na área privada”, comenta. “Este projeto tem uma importância significativa para os nossos alunos. Além de permitir aproximar realidades práticas,

através dos cursos, oficinas, depoimentos e palestras que são promovidos, visa estimular novos empreendedores na área contábil”, explica.

Já na região da Serra, em Canela, o professor Elias Milton Denicol, coordenador do curso de Ciências Contábeis da UCS, relembra: “Conhecemos o Sescun Universitário no *Jornal do Comércio*. A

partir desse conhecimento, solicitamos uma palestra na UCS Hortênsias, em Canela, dentro da programação acadêmica do dia do Contador”. Com a receptividade das Universidades e dos Centros Acadêmicos, o SESCO-RS já prepara sua agenda e as cidades que irão receber os novos encontros entre o setor empresarial e os futuros profissionais.

**QUER CRESCER? VEM PRA CÁ.**

**Pós-Graduação senac**

Presencial e a Distância. Inscrições abertas.

**Faculdade Senac Porto Alegre**

- Computação nas Nuvens **NOVO**
- Comunicação e Marketing Estratégico
- Gestão de Moda
- Gestão de Negócios **NOVO**
- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas
- Segurança da Informação

**Faculdade de Tecnologia Senac Pelotas**

- Gerenciamento de Projetos
- Gestão de Negócios
- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas **NOVO**

**Senac Bagé**

- Gestão de Negócios **NOVO**

**Senac Camaquã**

- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas **NOVO**

**Senac Caxias**

- Gestão de Negócios **NOVO**
- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas **NOVO**
- Segurança da Informação **NOVO**

**Senac Erechim**

- Gestão de Negócios **NOVO**

**Senac Lajeado**

- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas **NOVO**

**Senac Rio Grande**

- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas **NOVO**

**Senac Santa Maria**

- Computação nas Nuvens **NOVO**
- Gestão de Negócios **NOVO**
- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas **NOVO**

**Senac Uruguaiana**

- Gestão de Negócios
- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas **NOVO**

POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO DO CURSO EM ATÉ 100%. [SENACRS.COM.BR/POS](http://SENACRS.COM.BR/POS)

Conheça também as opções de cursos de pós-graduação a distância em: [ead.senac.br/pos-graduacao](http://ead.senac.br/pos-graduacao)

**20% de desconto para comerciários\***

Fecomércio RS | Senac

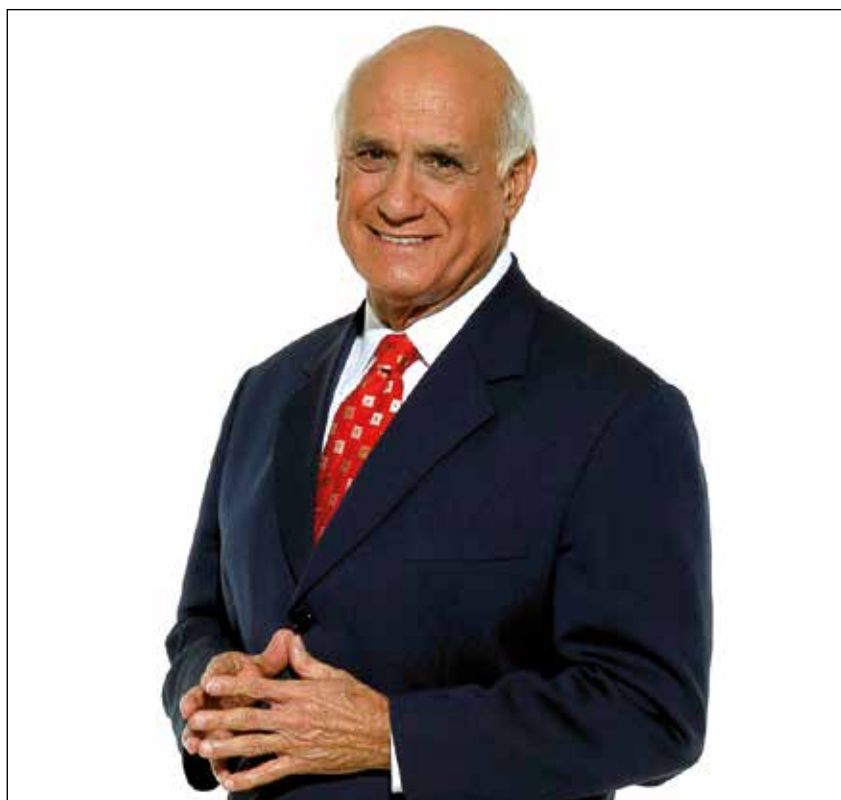
\*Esta opção não se aplica para cursos de pós-graduação a distância.

## LASIER MARTINS, SENADOR DO RS

# “Não quero ser u

■ GUTO MOISÉS

*Natural de General Câmara, o jornalista e advogado Lasier Costa Martins trocou a experiência de 50 anos nos meios de comunicação para ocupar uma cadeira no Senado Federal, representando os interesses do Estado ao lado dos senadores Paulo Paim (PT) e Ana Amélia Lemos (PP). Eleito, pelo PDT, com mais de 2 milhões de votos, ele já definiu sua agenda legislativa. Ela terá foco em questões tributárias e nos projetos que aliviem o Estado, como a Lei Kandir, entre outras ações que permitam o desenvolvimento do RS.*



LASIER MARTINS

**Quais os projetos de prioridade do senador Lasier Martins em defesa dos interesses do RS?**

Em primeiro lugar devo dizer que, ser levado ao Senado por mais de dois milhões de gaúchos equivale a uma honraria tão ilimitada quanto igual responsabilidade. Mais ainda quando o mandato significa representar o estado gaúcho em fase tão deficitária. Consequência, pela representação do Estado, a prioridade das prioridades será procurar recursos financeiros em nível federal para socorrer o RS. Existem algumas alternativas a serem demandadas. Uma delas está na regulamentação, sempre protelada, da Lei Kandir, que mantém congelados há quase dez anos os repasses financeiros aos estados exportadores, como o Rio Grande do Sul. Pois, ali, há verbas represadas, que deverão ser exigidas. Recentemente, o senador Pedro Simon obteve aprovação na Comissão de Assuntos Econômicos de projeto de lei que procura recuperar os créditos de exportação. A matéria agora deverá ir à votação de plenário. Se não ocorrer ainda na atual legislatura, levarei adiante este tema relevante para a legislatura que começará em 1º de fevereiro de 2015,

Outra medida estará no segundo passo à recente renegociação da dívida com a União, onde houve mudança mais favorável do indexador, o que vai permitir a retomada de empréstimos para investimentos. Este novo passo será lutar pela redução da prestação mensal dos atuais 13% da receita corrente líquida para 10 ou 9%. Esta diferença viria – e tomara que seja alcançável – dar fôlego para projetos urgentes do governo estadual.

# m Dom Quixote”

Outra ação possível diz respeito ao propalado Pacto Federativo, hoje uma ficção constitucional, pois só existe na letra fria da lei. Na realidade não vivemos uma federação, mas um tipo de governo imperial, que centraliza o poder e o dinheiro, 65% de tudo que se arrecada no país, sem compartilhar com os estados e municípios, de modo a lhes proporcionar a autonomia administrativa prevista no Pacto. Precisamos bater sem cessar nesta cobrança. Estados e Municípios não podem mais viver de pires na mão acorrendo a Brasília para suplicar migalhas. Isto não corresponde à república federativa, que a lei prevê no Brasil. O governo federal tem administrado mal os recursos, dispersando-os em ministérios inúteis, excesso de cargos em comissão e, sobretudo, não fiscalizando aplicações vultosas, que, como hoje se vê, drenam gigantescas raízes de corrupção.

**Dos microfones dos meios de comunicação para o púlpito do Senado Federal. Como será a defesa de suas ideias e da sociedade brasileira?**

Deixei décadas na comunicação social por desconformidade e por indignação com o desmoronamento ético na política brasileira. Não quero ser um dom quixote, mas vou lutar pela fiscalização dos gastos do dinheiro público para que sobre mais para o interesse coletivo.

Agora, por tudo que está acontecendo de turbulência nacional, fica di-

fícil saber-se o que se vai conseguir imediatamente no Congresso Nacional na legislatura que se avizinha. Tudo está muito imprevisível em termos de soluções prática e imediatas à população, porque se descortina uma fase tempestuosa na vida institucional do Brasil, decorrência do chamado escândalo

da Petrobras, da chamada Operação Lava Jato da polícia federal. Provavelmente um ano de denúncias impactantes, surgimento de novos nomes, que não só de empreiteiro de grande obras, mas agora também de parlamentares do Congresso envolvidos em irregularidades, processos de cassação, CPIs e prisões. Se tudo isto significar, ao final, uma inédita depuração dos vícios da política, então os abalos serão proveitosos. Esta é a esperança, que surja da Operação Lava Jato, uma lavagem do Brasil corrupto.

**A situação econômica do RS permite muito pouco para investimentos em saúde, educação e segurança, sem falar das necessidades de infraestrutura. Qual será o papel do Senador Lasier Martins para colaborar com o desenvolvimento do nosso Estado?**

De fato, as finanças do RS estão esgotadas e sem fontes de arrecadação

---

Estados e Municípios não podem mais viver de colocar pires da mão, em Brasília, para suplicar migalhas. Isto não corresponde à república federativa, que a lei prevê no Brasil.

---

a que recorrer, salvo novos empréstimos, agora acessíveis ante a mudança do indeixador da crônica dívida do estado com a União. Também, aguardamos a atitude do novo governador quanto às reduções de gastos e planos de aumento da arrecadação, sem aumentar impostos.

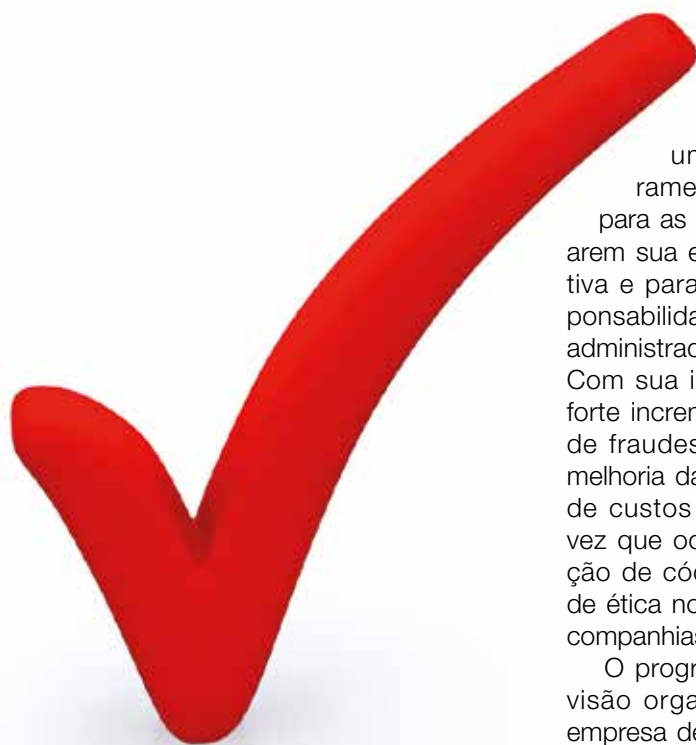
Sobre o papel que nos cabe, como foi dito acima, dependerá do êxito de nossos esforços junto ao governo federal com pleitos de recuperação dos créditos trancados, assim como apoios para atração de novos investimentos para o RS.

**Outra questão importante é a chamada reforma tributária, que não sai do papel. Qual será sua atuação neste processo que tem sido um entrave para as empresas?**

Pela discussão do Pacto Federativo, que não tem sido cumprido, poderemos mexer na melhor distribuição dos tributos entre os estados e municípios. A tarefa será árdua, porque a União também está muito endividada e faz de tudo para não ceder os tributos que centraliza. Mas, se for o caso, vamos ao Supremo Tribunal Federal para reivindicar o que é de direito dos Estados e Municípios.

# Programas de co atuam na ges

ALÉM DA BOA  
GOVERNANÇA  
CORPORATIVA,  
AS EMPRESAS  
PRECISAM ESTAR  
ATENTAS À LEI  
ANTICORRUPÇÃO



**E**m vários países, entre eles o Brasil, modernas leis têm consolidado a responsabilidade civil, administrativa e criminal das pessoas jurídicas. Tal fato é, sem dúvida, uma reação do Estado aos reiterados escândalos ocorridos na gestão de grandes corporações mundo afora, os quais, invariavelmente, afetam a sociedade. Nesta esteira, segundo o advogado Ricardo Breier, “surgiram os programas de *compliance* como uma importante ferramenta de organização para as empresas aperfeiçoarem sua estrutura administrativa e para delimitarem a responsabilidade jurídica de seus administradores e funcionários. Com sua implantação, há um forte incremento na prevenção de fraudes e corrupção e na melhoria da gestão de riscos e de custos operacionais, uma vez que ocorre a implementação de códigos de conduta e de ética no âmbito interno das companhias”.

O programa traz uma nova visão organizacional de uma empresa dentro da sua ativida-

de baseada na ética e na gestão de riscos. Toda a empresa que lida com o poder público, com o terceiro setor – o comércio –, ela deve cada vez mais se estruturar para minimizar os riscos de sua atividade. “E só se faz isso tendo um controle de gestão corporativa que se materializa através dos programas de cumprimentos de regras. Por isso, é importante que a empresa possa se adaptar nesta nova realidade, buscar se informar e, acima de tudo, quebrar a cultura de gerência caseira, pois as empresas necessitam se profissionalizar”, explica o advogado. A partir de uma gestão profissionalizada, a empresa evita riscos a terceiros e também de ordem interna da organização, para que a empresa possa criar uma regra específica de conduta da sua atividade. Isso protege seus dirigentes e de atos contra terceiros. Uma boa governança corporativa começa com um programa de *compliance*.

Assim, estes regulamentos podem ser definidos pela prática da “boa governança corporativa”, evitando o abuso de poder dentro das corporações. Afinal, ele proporciona a defini-

# Compliance gestão de riscos

ção precisa das competências e responsabilidades dentro de uma empresa, possibilitando identificar com clareza a responsabilidade individual de seus gestores na prática de atos ilícitos. De fato, explica Breier, “isso não apenas proporciona maior segurança às corporações, que poderão se elidir de eventuais responsabilizações, mas também induz o mundo dos negócios a uma reflexão crítica acerca do processo decisório no segundo setor, em óbvio benefício à coletividade”. No Brasil, estamos timidamente iniciando o debate sobre a responsabilidade criminal pelo não cumprimento de normas de prevenção. Temos a Lei 12.846/13, denominada Lei Anticorrupção, que poderá servir de parâmetro para uma responsabilização criminal individual. Realmente, tal lei determina que as empresas instituem seus programas de gestão de risco voltados à criação de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à aplicação de códigos de conduta e de ética no âmbito da pessoa jurídica. A experiência de outros países mostrou que um programa impreciso e amplo poderá levar a uma multiplicação de deveres e de garantias que não limitarão a



**RICARDO BREIER**

responsabilidade dos diretores/administradores, oportunizando a conhecida responsabilidade genérica. Além disso, a lei preconiza a responsabilização dos dirigentes e administradores, na medida de sua culpabilidade por atos ilícitos, o que torna evidente a obrigatoriedade do auxílio de um advogado na elaboração dos referidos programas. Por fim, ressalta-se que, diante de um cenário de globalização e de

intensa competitividade, apenas sobreviverão as empresas que possuírem uma estrutura administrativa capaz de transmitir solidez ética e confiabilidade à sociedade. “Ora, tais valores estão intimamente ligados ao êxito de ações de controle interno e de gestão de riscos, tornando assim imprescindível a instituição do *compliance* nas corporações, estabelecendo um novo marco na ética negocial”, ensina Breier.

# Na Terra ou a resiliência toda a vida



**MARCOS PONTES**

Entre tomar uma decisão apressada e pensar um pouco mais, qual é sua atitude? E mesmo que esteja sob pressão e não há tempo para adiar sua posição, qual é seu comportamento? Por mais simples que sejam as questões apresentadas, uma coisa é certa: você precisa saber um pouco sobre resiliência, que é a capacidade de superar obstáculos ou resistir à pressão de situações adversas vivenciadas em seu ambiente profissional. A resiliência é um conceito psicológico emprestado da física, que trata da capacidade do indivíduo ao se deparar com um contexto entre a tensão do ambiente e a vontade de vencer.

Entre a Terra e o espaço, o que mais existe são provas de resiliência, principalmente se você estiver em uma nave espacial, que, por si só, é um exercício permanente de adaptação e de superação física e emocional. E da janela da cápsula lunar, olhando para o planeta Terra, o nosso astronauta brasileiro Marcos Pontes fez muito mais do que experiências científicas, de grande interesse para a ciência e para o futuro da humanidade. Sua inédita experiência em uma viagem espacial serviu para examinar suas teorias, mas, principalmente, para ratificar conceitos que estão bem aqui, no planeta azul, entre os quais a capacidade de resiliência, que pode significar o sucesso ou fracasso nos negócios. De acordo com o astronauta, “a resiliência é importante para a execução de qualquer projeto. Quando se trata de um empreendimento, sabemos que o ambiente de negócios no país apresenta inúmeras dificuldades e é absolutamente necessário que o empresário tenha ferramentas para tratar

desses problemas no dia a dia, sem perder de vista as metas da empresa e nem desanimar. Para ele, o processo acontece em 4 fases: absorção da adversidade, adaptação às novas condições criadas, superação e aprendizado. “É necessário aprender para sobreviver nas novas condições”, diz. Segundo Pontes, “pessoas realmente de sucesso não trabalham para ‘alimentar os seus egos’. Elas trabalham para realizar projetos com sucesso. Emoção não tem lugar na lógica necessária para o sucesso. O que interessa são os valores da pessoa e da organização, que nunca podem ser violados. As adversidades são ferramentas para o aperfeiçoamento. É necessário usá-las”, argumenta.

Seja no ambiente espacial ou na Terra, o desafio é viver com maior capacidade possível de flexibilidade para absorver os impactos do dia a dia. Para Kátia Bernardes, especialista em Psicologia do Trabalho, “no mundo em que vivemos, diante de tantas mudanças e desafios, fala-se muito na necessidade de ser-

# no espaço, iência faz rença

mos resilientes, tanto na vida pessoal quanto na profissional. Sabemos que atuar com flexibilidade exige muita superação, e está voltado à capacidade de resistência de uma pessoa em manter-se íntegro em situações adversas”, explica. E para mostrar como isso acontece, faz uma analogia com um dia de temporal: “É como passar por um vendaval e conseguir voltar ao nosso estado normal onde a determinação e a perseverança são fatores determinantes para termos um resultado positivo. Desta forma, a resiliência passa a ser uma capacidade fundamental para o sucesso profissional em um mercado tão dinâmico e competitivo”. Conforme a especialista, “na visão corporativa há uma necessidade de que a resiliência seja coletiva, ou seja, começa pelo Diretor, pois, se tratando de renovação, ela será impulsionada pelo exemplo e pela coerência da liderança. Portanto, não só é importante como é necessário que os donos do negócio também sejam resilientes.

Na realidade, uma organização com profissionais com esta

qualidade poderá se diferenciar pela capacidade de aprender com as situações adversas, transformando problemas em desafios. Kátia diz que “no coaching, trabalha-se muito em cima da construção do futuro e aprende-se a mitigar os sabotadores do nosso sucesso. Sempre que temos um novo desafio, estamos sujeitos a nos sabotar pela dor ou pelo prazer. O profissional resiliente aprende a transformar esses sabotadores em motivadores. As pessoas que não adotam esta atitude, diante dos desafios, tendem a focar no problema e acabam perdendo energia e motivação. Já os mais preparados e flexíveis desenvolvem a capacidade de buscar soluções e se fortalecem diante de novos desafios. Portanto, empresas com funcionários resilientes têm muito mais possibilidades de crescerem e se renovarem diante de um mercado dinâmico e turbulento”. Muitas vezes, por questões diversas, executivos ou funcionários reclamam que é necessário “engolir sapos” de vez em quando. Para a



**KÁTIA BERNARDES**

especialista, esta situação mostra que “vale a pena ter paciência e esperar o momento certo de agir e dar a volta por cima. Daria para dizer que ‘engolir sapos’, na maioria das vezes, pode ser uma maneira estratégica de entendermos a situação para nos fortalecer e superá-la com resiliência e autorrenovação. Sempre digo que o problema não é o problema, o problema é o que fazemos com ele. O profissional que é protagonista da sua vida e da sua carreira, às vezes, ‘engole sapos’ de forma consciente, pois, acima do possível constrangimento, está o seu propósito. As adversidades, por piores que sejam muitas vezes, se tornam ‘combustíveis’ para a mudança e adaptação a um novo cenário”, finaliza.

■ GUTO MOISÉS

A POLÍTICA  
ECONÔMICA QUE  
USOU O CONSUMO  
COMO ESTRATÉGIA  
DE CRESCIMENTO  
ERROU A MÃO  
E LEVOU O PAÍS  
AOS ÍNDICES MAIS  
BAIXOS DO PIB,  
ALÉM DO AUMENTO  
DOS JUROS E DA  
INFLAÇÃO ACIMA  
DO TETO FISCAL

# o Bra precisa ajustes, a come pelo Go

# sil de çar verno



Os números falam por si e, na situação econômica do país, não é diferente. Com o Produto Interno Bruto (PIB) em queda, juros e inflação em alta, o resultado desta matemática é ruim para todos (sociedade e governo). O período de ganância e de alto consumo, de pleno emprego e de juros baixos, já não é o atual cenário. A bonança se foi e a realidade é outra, determinando uma nova postura da sociedade, com freio no consumo, e de ajustes das contas públicas, pelo setor público, com objetivo de estabelecer a retomada do crescimento econômico.

Não é preciso ser especialista para saber que o país desaqueceu, que a inflação está acima do previsto e que será preciso cortar na carne e apertar o cinto. Por isso, boa parte dos empresários e economistas tem chegado a uma conclusão comum: 2015 não será um bom ano para a economia brasileira. Os motivos são muitos, e todos estão ligados aos equívocos cometidos pelo governo federal, resultados da “nova matriz econômica” — como ficou conhecida a política

econômica adotada pela presidente Dilma Rousseff, em 2011, que incentivou uma política de consumo com crédito fácil e juros baixos. Devido a isso, em seu próximo mandato, a presidente reeleita precisará fazer fortes ajustes em sua política econômica para que o Brasil volte a crescer.

Quando apostou na política de incentivo ao consumo, em 2011, a presidente atuou muito mais de forma ideológica, proporcionando o acesso da população de menor poder aquisitivo a diferentes opções de consumo, o que gerou um ciclo virtuoso na cadeia produtiva. Porém, nesta receita faltou o fermento, ou seja, não houve investimento orgânico do país na mesma velocidade que foi liberado o crédito fácil e a abundância de dinheiro com juros baixos destinados ao consumo. E o investimento ficou à espera de melhor infraestrutura, de mão de obra qualificada, de uma política industrial e de resoluções na área tributária, que impede o avanço dos setores produtivos do país. Com isso o Brasil desaqueceu e precisa acertar suas contas.



## AJUSTES

E acertar as contas é o que pensa o economista-chefe do Banco Sicredi, Alexandre Englert Barbosa. Ele é enfático ao afirmar que “o próximo ano será de ajustes na economia, a começar pelo Governo, mas também dos segmentos produtivos e dos próprios consumidores. Alguns setores já estão fazendo e outros irão iniciar”. Na avaliação do economista, “teremos que fazer ajustes em um momento difícil, em um ano de baixo crescimento. Isso será complicado para o Governo e poderá significar aumentos de impostos e de tarifas públicas que foram represadas nos últimos anos. É possível o retorno do imposto do combustível e já é certa a

recomposição do IPI em bens de consumo, além do previsto aumento no preço de energia”, analisa.

Por outro lado, os ajustes irão preparar o país para o crescimento. É necessário criar condições para a retomada da economia brasileira. “Acredito que no final de 2015 a situação se apresente mais favorável para atração de mais investimentos, além de um cenário macroeconômico com perspectivas para o avanço do Brasil, que não poderá crescer tão pouco durante tanto tempo. Isso é um fato, o Brasil está crescendo abaixo do potencial há alguns anos”, afirmou.



## SERVIÇOS

Para Diogo Chamun, presidente do SESCON-RS, “o setor de serviços é um termômetro do ambiente econômico, e o desaquecimento dos negócios afeta diretamente os empregos. O que antes era a falta de pessoal em virtude do aquecimento da economia e de toda cadeia produtiva, agora os indicadores nos mostram a diminuição da capacidade financeira das empresas e, com isso, a supressão de postos de trabalho”, comentou. Segundo Chamun, a entidade, que representa 144 atividades de serviços no RS, “prevê um ano difícil com baixo crescimento, com projetos de expansão suspensos e adequação ao cenário político-econômico da nova gestão do governo federal”.

Também neste sentido é o que apresentam os estudos do SESCON-RS e da PUCRS, em seu projeto de Gestão Pública Eficaz, o qual aponta a necessidade de se recuperar a confiança dos empresários e dos investidores externos. “É necessário restabelecer a credibilidade da política econômica, sobretudo controlando a inflação e disciplinando as contas públicas novamente. O enfrentamento dessas questões poderia restabelecer a credibilidade do Brasil e colaborar para novos investimentos na economia brasileira. Em longo prazo, a sociedade perceberia os resultados positivos, comprovando que política econômica é construída com paciência e responsabilidade”, comentou Gustavo Inácio de Moraes, professor Doutor em Economia da PUCRS. Além disso, o estudo indica a necessária simplificação tributária como indutor do crescimento econômico.



## CONTAS PÚBLICAS

Segundo Moraes, “outro item essencial para avaliação da estabilidade é a trajetória de contas públicas. É verdade que quando uma economia desacelera por suas atividades privadas, cabe ao governo participar da economia, naquilo que é denominado política contracíclica. Isso foi realizado no Brasil e em outros países em 2008/09, com gastos públicos e medidas com redução de impostos. Embora seja uma política legítima e justificável, possui prazo de validade, uma vez que a percepção de deterioração ou de ausência de disciplina tem dois efeitos principais: o primeiro, encarecer a contratação de dívida ou de novos recursos; o segundo, prejudicar a percepção sobre a trajetória econômica, criando uma crise de expectativas, que não poderá ser revertida com novos gastos”, analisou.

Após o sucesso da política contracíclica no Brasil em 2008/09, a ausência de melhoria nas contas públicas cria dúvidas sobre o futuro, prejudicando o ciclo econômico. Para Moraes, “esse será um imenso desafio para o próximo ciclo presidencial, pois incentivar a economia com recursos públicos ou abrindo mão de receitas é uma receita esgotada para o momento”. Alternativas podem intensificar o programa de concessões, gerando investimentos e, em paralelo, receitas públicas e encaminhar reformas que atendam ao equilíbrio das contas públicas para Estados e municípios, além de rediscutir o papel do Estado através da reforma tributária.



ALEXANDRE ENGLERT BARBOSA



GUSTAVO INÁCIO DE MORAES



DARCY FRANCISCO DOS SANTOS



ESTADO  
DO RS

Os desafios do novo governador do RS, José Ivo Sartori, não são menos complexos que as da presidente da República no próximo mandato. Talvez ainda pior quando se fala do atual déficit público e das obrigações em curto prazo, além da pressão de reajustes salariais dos servidores públicos. A receita prevista para 2015 é de R\$ 57,4 bilhões. Para uma informação mais real, tem-se que excluir as denominadas receitas intraorçamentárias, as quais são as transferências internas entre órgãos, especialmente do Tesouro Estadual ao IPERGS, para pagamento dos encargos previdenciários. Fazendo-se essa exclusão, tem-se uma receita de R\$ 48 bilhões. E se considerarmos que R\$ 8,6 bilhões pertencem aos municípios, por disposição constitucional, restam como receita efetivamente pertencente ao Estado R\$ 39,3 bilhões, ou seja, 68,5% do valor total do orçamento. Já as despesas totais seriam de R\$ 42,1 bilhões para 2015, além de um déficit previsto de R\$ 3,3 bilhões.

A boa notícia foi a renegociação da dívida com a União através do PLC 99/2013. Para Darcy Francisco Carvalho dos Santos, assessor econômico da Agenda 2020 da Agência Polo RS, o resultado da negociação “não foi o ideal, mas foi o primeiro passo rumo a outra melhor no momento oportuno. Na prática, o pagamento mensal não reduzirá nada dos desembolsos atuais, que se manterão em 13% da receita líquida real. Sua principal vantagem será em reduzir para R\$ 16 bilhões o saldo devedor no final do contrato em 2028, saldo esse que seria de R\$ 31 bilhões se nada tivesse sido alterado. Haverá, então, uma redução de R\$ 15 bilhões no final do contrato, se as variáveis consideradas se confirmarem. Ao longo da vigência do contrato, o fato de a taxa de juros ter sido reduzida em 2 pontos percentuais (6% para 4%) gerará um espaço fiscal em torno de R\$ 1 bilhão anual, que poderá ser aproveitado para contrair novos empréstimos para garantir investimentos ao Estado”, concluiu.

# As informações e as resoluções

■ FLÁVIO RIBEIRO  
Diretor do SESCON-RS

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou, no ano passado, a Resolução CFC n.º 1.445/13. A referida norma estabelece procedimentos a serem observados pelos profissionais e por organizações contábeis, quando nos exercícios de suas funções, atendendo assim às mudanças trazidas pela Lei n.º 12.683, de 9 de julho de 2012, a qual alterou a Lei n.º 9.613/1998. A Resolução foi publicada no Diário Oficial e produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Segundo a Lei n.º 9.613/1998, pessoas físicas ou jurídicas que prestem, mesmo que eventualmente, serviços de assessoria, consultoria, contadoria, auditoria, aconselhamento ou assistência, de qualquer natureza, nas operações de compra e venda de imóveis, gestão de fundos, abertura ou gestão de contas bancárias, de criação de sociedades de qualquer natureza, financeiras, societárias ou imobiliárias, entre outras, devem comunicar operações suspeitas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

No dia 4 de novembro de 2014, ocorreu o *Seminário COAF – Região Sudeste e Sul*, na sede do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, em Curitiba/PR, com o objetivo de retomar as discussões do Grupo de Trabalho de estudo sobre a inviolabilidade dos escritórios de contabilidade, na qual foi criada uma Comissão, composta pelo COAF, Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon). Esta Comissão está fazendo este Seminário em todas as regiões do Brasil.

O Seminário buscou avaliar e debater possíveis melhorias na Resolução CFC 1445/13, com foco na maturação da mesma. Será importante neste novo cenário conhecermos mais nossos clientes, fazendo visitas na sede da empresa, reuniões periódicas, analisando inclusive a parte econômica da empresa.

Concomitantemente a isso, o setor contábil das nossas organizações deverá ficar mais atento na hora de contabilizarmos, de forma a garantir que a informação em moeda corrente que for lançada seja idônea e que não haja indícios de lavagem de dinheiro, por isso repito a relevância de conhecermos mais o negócio do nosso cliente. Para exemplificar uma maneira de demonstrar que somos no mínimo cúmplices é ajudando a dar origem a um determinado recurso em moeda corrente emitindo uma Decore sem base legal. Veja que nem tratei dos limites estabelecidos na Resolução 1445/13, pois isso é explícito que é ilegal.

Indo mais no campo da Assessoria, as situações listadas na Lei e na Resolução, é neste momento que um cliente e/ou possível cliente pode usar o conhecimento do contador. Assim é importante que se o contador achar estranho, deve comunicar ao COAF, pois o risco, neste caso, é de um eventual envolvimento de um escândalo deste cliente e/ou possível cliente em que o contador pode ter seu nome arrolado. Caberá, neste caso, ao contador provar que não tinha tomado conhecimento, que não ajudou seu cliente a arquitetar subterfúgios contrários à Lei n.º 12.683, de 9 de julho de 2012, a fim de não sofrer as penalidades da Resolução do CFC 1445/13.

# es contábeis do CFC e COAF

Por isso é relevante incluímos nos contratos de prestação de serviços a Resolução do COAF, a Lei de Lavagem de Dinheiro e o Regulamento do CFC, em que o cliente está ciente do nosso papel.

Quanto à comunicação, esta deve ser feita no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do momento em que o responsável pelas comunicações ao COAF tomar conhecimento do fato, abstenendo-se de dar ciência aos clientes de tal ato.

O artigo 14 da Resolução 1445/13 traz o que segue: *“Não havendo a ocorrência, durante o ano civil, de operações ou propostas a que se referem os Arts. 9º e 10, considerando o Art. 11, as pessoas de que trata o Art. 1º devem apresentar declaração nesses termos ao CFC por meio do sítio do Coaf até o dia 31 de janeiro do ano seguinte”*.

Por isso que, em janeiro de 2015, devemos fazer a declaração negativa, no site do COAF, caso não encontremos evidências no exercício de 2014. Esta, por sua vez, é única para cada Organização Contábil; entretanto, se, depois disso, o COAF identificar evidências de lavagem de dinheiro em algum de nossos clientes, teremos que ter evidências que não sabíamos que o cliente fazia ou que tínhamos ciência desta(s) operação(ões) identificada(s) pelo Órgão.

Importante lembrar que todo e qualquer regime tributário é obrigado a fazer a comunicação, inclusive empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL, observando



**FLÁVIO RIBEIRO**

as atividades que estejam obrigadas pela Resolução 1445/13.

O objetivo da Resolução 1445/13 é identificar pagamento em espécie suspeito, ou seja, se não houver pagamento suspeito, não há o que comunicar.

Este assunto é mais uma mudança de paradigmas que nossa profissão terá que internalizar, em que nossos processos internos irão se adequar, como se adequou com o SPED Contábil e está se adequando ao E-Social.

# Roberto Dias Duarte: “empresas de contabilidade precisam se readequar”

Para Roberto Dias Duarte, o empreendedor ainda não assimilou o SPED e precisa capacitar a gestão de seu negócio. O professor de pós-graduação em Administração, referência em SPED, esteve em Porto Alegre para palestrar no 2º EGESCON. Segundo ele, a comunicação entre clientes e empresas contábeis é o grande gargalo a ser superado.

Dias Duarte acredita que, do ponto de vista técnico, ainda há muitas dificuldades. Mesmo em relação aos primeiros projetos do SPED, como por exemplo a EFD ICMS/IPI (instituída em 2006 e a obrigatoria a partir 2009) é possível encontrar falhas. “Capacitação é fundamental! Compreender os aspectos relacionados aos tributos é muito importante, mas não resolve o problema. Os resultados de análises dos arquivos do SPED comprovam que não basta conhecimento e boa vontade”, salienta o especialista.

As empresas de contabilidade, segundo ele, precisam reavaliar os seus modelos de gestão para se adequar aos novos tempos. A ordem é ser mais estratégico para dar o salto de qualidade e produtividade. “Na realidade, a maioria ainda concentra suas atenções em aspectos

puramente técnicos ou operacionais. Esse comportamento leva a cometer erros estratégicos que comprometem a sustentabilidade das empresas”, ressalta Dias Duarte. Custos altos, problemas com o fisco, multas, clientes complicados, colaboradores pouco preparados e nada motivados são fatores que jogam contra o empreendedor nesse momento.



## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015/16

Dirigentes do SESCON-RS se reuniram em Bento Gonçalves para dois dias de imersão no Planejamento Estratégico 2015/16. O objetivo foi de alinhar estratégias, visando enfrentar os desafios da gestão da entidade nos próximos dois anos. Após uma profunda análise das ações executadas nos últimos dois anos, o grupo definiu as diretrizes que irão nortear a administração do SESCON-RS a partir de janeiro. “Nossa gestão tem de ser reconhecida como a ‘Gestão do Fazer’, na qual todos arregaçam as mangas e trabalham pela aplicação das ideias colocadas no papel”, comenta o presidente Diogo Chamun.



## SESCON-RS EM AZUL E ROSA

Colaboradores do SESCON-RS se engajaram em duas causas de grande impacto social. Com camisas alusivas às campanhas de prevenção ao câncer de mama (Outubro Rosa) e de próstata (Novembro Azul), eles realizaram ação de conscientização na Zona Norte de Porto Alegre. O grupo distribuiu aos pedestres, material informativo com dicas de como prevenir as doenças. Além disso, o rosa e o azul preponderaram nas mídias sociais da entidade.



# Desemprego e crescimento próximo de zero em 2015

PROJETO ANALISA NÚMEROS DO PRIMEIRO MANDATO DE DILMA ROUSSEFF E TRAÇA PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO ANO



ROBERTO DIAS DUARTE



A vitória mais apertada desde o retorno das eleições diretas pra Presidente (1989) foi um indicativo de que a população tem grandes ressalvas sobre a condução do país. Relatório do Projeto Gestão Pública Eficaz, do SESCON-RS em parceria com a FACE/PUCRS, analisou no que a política econômica do atual governo contribuiu para a divisão do eleitorado. E traçou um panorama do que Dilma Rousseff vai enfrentar em 2015.

De acordo com as análises, a política econômica do primeiro mandato de Dilma foi controversa. Principalmente quando em seu início promoveu substancial redução dos juros para elevá-los na segunda metade do mandato. “A política fiscal inadequada acaba por minar a confiança dos setores produtivos. Faltou clareza no projeto de desenvolvimento que o Governo tentou implementar”, comenta o Presidente do SESCON-RS, Diogo Chamun. A expectativa é de que o crescimento econômico em 2015 não supere os 0,5%, ou seja, muito próximo da estagnação.

Nesse momento, a inflação e o crescimento são os principais problemas. No acumulado dos últimos doze meses a inflação (nov/13 a out/14) atingiu 6,59%, ou seja, ultrapassou o índice limite estabeleci-

do (6,5%). Os itens de despesa que mais contribuíram para esse crescimento foram habitação (8,82%), educação (8,29%) e alimentação e bebidas (7,61%). “Vivenciamos uma crise de credibilidade da política econômica que vai além de apenas subir os juros. É necessário reconstruir a credibilidade da política fiscal e monetária”, afirma o professor de Ciências Econômicas da PUCRS, Gustavo de Moraes. Segundo ele, o Estado vem regulando a economia com viés para setores considerados “estratégicos” (automobilístico, eletrônicos e linha branca) e essa intervenção tem causado problemas.

Para 2015, o cenário não é nada alentador. A tendência é de que a indústria seja o setor mais afetado e sofra ainda mais os efeitos desse cenário, que aponta desemprego e inflação. “Não será possível recuperar os erros de 2014. Entretanto, políticas acertadas, bem conduzidas em 2015, poderão incentivar resultados melhores em 2016, 2017 e 2018”, ressalta o Coordenador do Departamento de Economia da PUCRS, Milton Stella. Segundo ele, essas políticas passam pelo reestabelecimento da credibilidade, controlando a inflação e disciplinando as contas públicas. Outro item importante seria a retomada de uma agenda de reformas microeconômicas visando aumentar a competitividade da economia brasileira, sendo a reforma tributária a prioridade.

**DIRETORIA TITULARES**

**Presidente:**  
Diogo Ferri Chamun  
**Vice-Presidente:**  
José Tadeu Jacoby  
**Diretor Administrativo:**  
Valdir Ferreira Rodrigues  
**Vice-Diretor Administrativo:**  
Maria Onira Colossi  
**Diretor Financeiro:**  
Maurício Gatti  
**Vice-Diretor Financeiro:**  
Eduardo Sinigaglia  
**Diretor de Relações do Trabalho:**  
José Roberto Santos Pires  
**Diretor de Assuntos Legislativos:**  
Célio Luiz Levandovski  
**Diretor de Eventos:**  
Flávio Dondoni Jr.  
**Diretor de TI:**  
Flávio Duarte Ribeiro Jr.  
**Vice-Presidente – Região Taquari:**  
Jandir Dickel  
**Vice-Presidente – Região Central:**  
Leono Pacheco de Oliveira  
**Vice-Presidente – Região Vale dos Sinos:**  
Maria do Socorro da Cruz Bittencourt  
**Vice-Presidente – Região da Produção:**  
Gilberto Zanin de Souza

**SUPLENTEs**

Celso Luft  
Marice Fronchetti  
João Batista Custódio Duarte  
Lucia Elena da Motta Haas  
Paulo Ricardo Maia  
Marcelo Alexandre Vidal  
Jéssica Benetti de Oliveira  
Ana Paula Mocalin Queiroz  
Carlos Zenon Koch da Silva

**CONSELHO FISCAL TITULARES**

Rogério Costa Rockembach  
Jorge Luiz Bersch  
Joaquim Vaz Godinho

**SUPLENTEs**

Tassiro Astrogildo Fracasso  
Inêva Fátima Lodi  
Alexandre Sehn

**Delegados Representantes**

**junto à FEComÉRCIO TITULARES**

Diogo Ferri Chamun  
Jaime Gründler Sobrinho

**SUPLENTEs**

Célio Luiz Levandovski  
Valdir Ferreira Rodrigues

**CONSELHO EDITORIAL**

Antonio Carlos Nasi  
Diogo Chamun  
Flávio Dondoni Jr.  
Flávio Obino Filho  
Jaime Gründler Sobrinho  
José Roberto Santos Pires  
Jussara Corrêa  
Maurício Gatti  
Nelson Dutra  
Valdir Ferreira Rodrigues



**Office Press**

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS

**PRODUÇÃO**

**Office Press Comunicação**

Fone: (51) 3325.6061  
www.officepress.com.br  
office@officepress.com.br

**Editor Responsável:** Guto Moisés  
(Fenaj 6543/RS)

**Revisão:** Press Revisão

**Projeto Gráfico:** PenseDesign

**Fotos:** Arquivo SESCOON-RS e Agência Office Press

PORTO ALEGRE

**[02/09] Ciclo Teórico / Prático de Aperfeiçoamento em Perícia.** A capacitação tratou de temas como a legislação, a arbitragem, a perícia extrajudicial e trabalhista entre outros.

**[21/10] Escrituração Contábil Fiscal – Sped do IRPJ e da CSLL,** com Francisco Laranja. Abordou assuntos como regras básicas de preenchimento, tabelas e códigos utilizados na ECF, além dos blocos e registros.

**[22/10] Simples Nacional e suas Atualizações trazidas pela LC 147/2014,** com Deise Parisotto. A capacitação visa efetuar uma análise completa sobre os principais aspectos a serem observados quanto a tributação das empresas inerentes ao Simples Nacional.

**[23/10] Planejamento Societário e Sucessório – Aspectos Empresariais e tributários,** com Marcelo Zampieri. O curso destacou as pessoas jurídicas de direito privado, a sociedade em conta de participação e a sociedade de propósito específico, entre outros temas.

**[24/10] Workshop Tributação das Empresas de Auditoria e Contabilidade.** O encontro discutiu o ISSQN e as Sociedades Profissionais

**[27/10] E-Social: Escrituração Fiscal Digital da Folha e Rotinas Administrativas,** com Cláudia Bressler. O encontro discutiu entre outros assuntos, as rotinas de admissão de funcionários, a jornada de trabalho, o afastamento e as férias sob a ótica desse novo paradigma.

**[28/10] ICMS sobre transporte Rodoviário,** com Ademir Vanzella. O encontro lidou com manifesto de carga, carga fracionada, isenção, pagamento antecipado, entre outros tópicos.

**[13/11] Curso Retenção na Fonte nas Prestações de Serviços (INSS, ISS, IRRF, CSLL, PIS e COFINS),** com Rosane Kuhn. Curso orientou de maneira teórica e prática a sistemática de cálculo e a apuração do Imposto de Renda retido na Fonte.

**[14/11] Matemática Financeira com uso da HP12c,** com Andrew Pinto. A capacitação orientou para cálculos de percentuais, juros, taxas e prazos.

**[19/11] Simples Nacional e suas Atualizações trazidas pela LC 147/2014,** com Deise Parisotto. A capacitação visa efetuar uma análise completa sobre os principais aspectos a serem observados quanto a tributação das

empresas inerentes ao Simples Nacional.

**[20/11] Curso ICMS – Prática e Escrita Fiscal,** com Ademir Vanzella. A capacitação tem por objetivo capacitar para atuação na área fiscal das empresas.

**[21/11] Programa Nota Fiscal Gaúcha,** com Dimitri Domingos. A capacitação aborda a obrigatoriedade e credenciamento de ofício, o cartaz e CPF na nota e a transmissão de arquivos, entre outros assuntos relativos.

**[24/11] As Consequências na Interpretação do ISSQN quanto as Sociedades de Profissionais,** com Marice Fronchetti. A estrutura empresarial, a distribuição de lucros e a responsabilidade LTDA foram assuntos abordados.

**[26/11] Curso Lei nº 12.973 / 2014 – Conversão da MP nº 627/2013 – As Novas Regras da Tributação das Pessoas Jurídicas,** com Sérgio da Porciúncula. O conceito de renda brutas, multas previstas e avaliação de valor justo estiveram em destaque.

**[27/11] Operações e procedimentos Fiscais – Com Ênfase nos CFOPs.** A condição foi de Ademir Vanzella. O curso abordou a base de cálculo, alíquotas do ICMS e IPI e as operações práticas.

**[12/12] A Tributação das Sociedades de Profissionais,** com Johnny Racic. A palestra abordou a sociedade empresas, a sociedade simples e distribuições de lucros, entre outros temas.

INTERIOR

**[15/10] PELOTAS – Simples Nacional e suas Atualizações trazidas pela LC 147/2014,** com Deise Parisotto. A capacitação visa efetuar uma análise completa sobre os principais aspectos a serem observados quanto a tributação das empresas inerentes ao Simples Nacional.

**[24/10] LAJEADO – Escrituração Contábil Fiscal – Sped do IRPJ e da CSLL,** com Francisco Laranja. A capacitação abordou assuntos como regras básicas de preenchimento, tabelas e códigos utilizados na ECF, além dos blocos e registros.

**[24/10] SÃO LEOPOLDO – Curso Societário – Constituição, Alteração e Baixa,** com Ro-

sane Kuhn. A capacitação visa mostrar a perícia contábil como ciência aplicada e prática no auxílio ao judiciário e às empresas em geral.

**[24/10] URUGUAIANA – Simples Nacional e suas Atualizações trazidas pela LC 147/2014**, com Deise Parisotto. A capacitação visa efetuar uma análise completa sobre os principais aspectos a serem observados quanto a tributação das empresas inerentes ao Simples Nacional.

**[28/10] MONTENEGRO – Simples Nacional e suas Atualizações trazidas pela LC 147/2014**, com Deise Parisotto. A capacitação visa efetuar uma análise completa sobre os principais aspectos a serem observados quanto a tributação das empresas inerentes ao Simples Nacional.

**[28/10] PASSO FUNDO – Escrituração Contábil Fiscal – Sped do IRPJ e da CSLL**, com Francisco Laranja. A capacitação abordou assuntos como regras básicas de preenchimento, tabelas e códigos utilizados na ECF, além dos blocos e registros.

**[07/11] SANTA MARIA – Simples Nacional e suas Atualizações trazidas pela LC 147/2014**, com Deise Parisotto. A capacitação visa efetuar uma análise completa sobre os principais aspectos a serem observados quanto a tributação das empresas inerentes ao Simples Nacional.

**[12/11] SÃO LEOPOLDO – Curso Lei nº 12.973 / 2014 – Conversão da MP nº 627/2013 – As Novas Regras da Tributação das Pessoas Jurídicas**, com Sérgio da Porciúncula. O conceito de renda brutas, multas previstas e avaliação de valor justo estiveram em destaque.

**[14/11] MONTENEGRO – Escrituração Contábil Fiscal – Sped do IRPJ e da CSLL**, com Francisco Laranja. A capacitação abordou assuntos como regras básicas de preenchimento, tabelas e códigos utilizados na ECF, além dos blocos e registros.

**[24/11] PASSO FUNDO – Procedimentos para Encerramento de Balanço**

**para o Ano-calendário de 2014**, com Sérgio da Porciúncula. O encontro tratou do Lucro Real, Presumido e Arbitrado.

**[26/11] SÃO LEOPOLDO – Escrituração Contábil Fiscal – Sped do IRPJ e da CSLL**, com Francisco Laranja. A capacitação abordou assuntos como regras básicas de preenchimento, tabelas e códigos utilizados na ECF, além dos blocos e registros.

**[26/11] URUGUAIANA – e-Social: Escrituração Fiscal Digital da Folha e Rotinas Administrativas**, com Cláudia Bressler. O encontro debateu o certificado digital, as rotinas de admissão e jornada de trabalho entre outros assuntos.

**[05/12] URUGUAIANA – Escrituração Contábil Fiscal – Sped do IRPJ e da CSLL**, com Francisco Laranja. A capacitação abordou assuntos como regras básicas de preenchimento, tabelas e códigos utilizados na ECF, além dos blocos e registros.

#### COMITÊ SESCON-RS / PGQP

**[23/09] Curso Implantação SESCON-RS + Gestão**, ferramenta de gestão empresarial e as funcionalidades do Strategic Adviser.

**[06/10] Palestra Vencendo os Desafios da Mudança**, com Rosane Kapusta. A palestra motivacional tratou de temas como competências do profissional de sucesso, a comunicação e administração de conflitos.

**[03/11] Palestra O Poder das Mídias Sociais**, com Tiago Tabajara. O encontro contextualizou as mídias sociais no Brasil e no mundo, o que mudou nos últimos cinco anos e como extrair o máximo dessas ferramentas de interatividade.

**[04/12] Workshop Qualificar é Preciso**. O encontro destacou a inovação, a competitividade, além de trazer um case de sucesso. Palestras de Hipércio Stoffel, Luiz Pierry e Hique Gomes.

#### CURSOS WEB

**[08/10] Administradora de Bens Imóveis Próprios: Planejamento Tributário**

**e Proteção Patrimonial – Parte I**, com João Alberto Teixeira. A capacitação abordou a análise de situações e documentos e a definição do tipo societário e regras tributárias.

**[23/10] A Importância da Contabilidade nos Processo de Avaliação e Negociação de Empresas**, com Everson Breda Carlin. O encontro destacou a gestão de riscos, o papel da governança corporativa na geração de valor, o diagnóstico empresarial e o plano de negócios, entre outros assuntos.

**[29/10] Administradora de Bens Imóveis Próprios: Planejamento Tributário e Proteção Patrimonial – Parte II**, com João Alberto Teixeira. A capacitação abordou o processo de legalização.

**[13/11] Auditoria Trabalhista para Departamento Pessoal – Auto Fiscalização**, com Zenaide Carvalho. A capacitação prepara para a auditoria trabalhista e trabalha com check-list e conformidade com a legislação vigente.

**[20/11] Legislação Societária, Tributária e Contábil aplicável aos consórcios de Empresas, a Sociedade de propósito Específico e a Sociedade em Conta de participação**, com Wagner Mendes. O curso destacou o consórcio de empresas e as sociedades.

**[27/11] ECD – escrituração Contábil Digital: Lucro Real, Presumido e Imunes e Isentas**, com Valdir Amorin. O encontro abordou o ambiente jurídico, do SPED e aspectos administrativos.

**[02/12] Atos das Juntas Comerciais: EI, Eireli e Sociedade Empresarial LTDA**, com Fabiana Everling.

**[09/12] Atos das Juntas Comerciais: Livros e Tabela de Atos e Eventos**, com Fabiana Everling.

# Segurança Digital

■ DRA. PATRICIA PECK PINHEIRO

Como construir uma cultura de segurança digital nos indivíduos? Esta tem sido um dos maiores desafios dos últimos anos no Brasil.

Para diversas empresas a preocupação com a segurança das informações tem se tornado prioridade da pauta. Afinal, basta um pequeno descuido de um colaborador para por em risco toda a reputação da marca com um vazamento na Internet.

A Sociedade Digital evolui muito rápido em termos de tecnologias de comunicação e informação, em menos de 30 anos o comportamento social coletivo sofreu profundas mudanças.

Entre as mudanças que mais impactaram as relações está a postura cada vez mais de compartilhar todo tipo de conteúdo, inclusive a própria vida pessoal, através das Mídias Sociais, de estar o tempo todo conectado na internet, bem como de acordar, trabalhar, comer, dormir, sempre com o celular ao seu lado.

A maioria dos incidentes envolvendo segurança digital está baseado no fato de que as pessoas nunca acham que pode acontecer com elas.

Por isso, pequenos cuidados acabam sendo negligenciados, tais como por a senha de bloqueio no celular, não adicionar qualquer um como amigo em redes como LinkedIn, Facebook, ter sempre antivírus atualizado inclusive no celular e no tablete que já são alvo de ataques por arquivos maliciosos de quadrilhas, assim como não baixar qualquer aplicativo gratuito nem comentar rotinas de trabalho ou publicar informações relacionadas a trajetos, horários, patrimônio pessoal.

Do ponto de vista do ambiente corpora-

tivo o risco relacionado a segurança digital aumentou demasiadamente com a maior mobilidade dos executivos e com a consumerização, que é o efeito do barateamento do acesso a smartphones que fez com que houvesse uma invasão destes dispositivos no local de trabalho.

Em geral, o celular por si só, ou mesmo a

rede social, não tem um mal ou um risco intrínseco, tudo depende do comportamento do usuário. Mas, a maioria dos colaboradores acaba tendo problemas relacionados aos distúrbios de atenção causados por estas ferramentas.

Além disso, muitos acabam tirando fotos com o celular de seus locais de trabalho e publicando as mesmas na internet, o que, dependendo do que sair na imagem, pode ferir o

dever de sigilo profissional.

Mas o maior risco jurídico tem estado vinculado a forma coloquial como todos redigem mensagens eletrônicas e ao mau hábito de dar "OK" sem ler os termos de uso antes. Isso vai de um email assinando beijos, usando uma linguagem que denote excesso de intimidade, até comentar um projeto confidencial pelo Whatsapp, que diz em sua política não ser um canal apropriado para comunicação de dados que sejam protegidos por segredo de negócios, direitos autorais e mesmo por privacidade.

Concluindo, precisamos de uma nova educação, que permita a melhor formação dos jovens e também das equipes sobre os cuidados necessários para se fazer o uso da tecnologia de forma a agregar valor, gerar



riqueza e não causar danos e gerar demissões.

Nunca foi tão importante aprender sobre o uso ético, seguro, legal e saudável das novas ferramentas digitais. E este é um papel de todos, do indivíduo, da família, da escola, do Estado, e das Empresas.

Temos que fazer o dever de casa para construção de um Brasil Digital sustentável. Só depende de nós.

■ Advogada especialista em Direito Digital, sócia fundadora do escritório Patricia Peck Pinheiro Advogados, da empresa de cursos Patricia Peck Pinheiro Treinamentos e do Instituto ISTART de Ética Digital que conduz o Movimento Família mais Segura na Internet ([www.pppadvogados.com.br](http://www.pppadvogados.com.br))



Tentamos resumir em uma imagem o **Alterdata CND**...  
ou o que ele pode fazer por você.

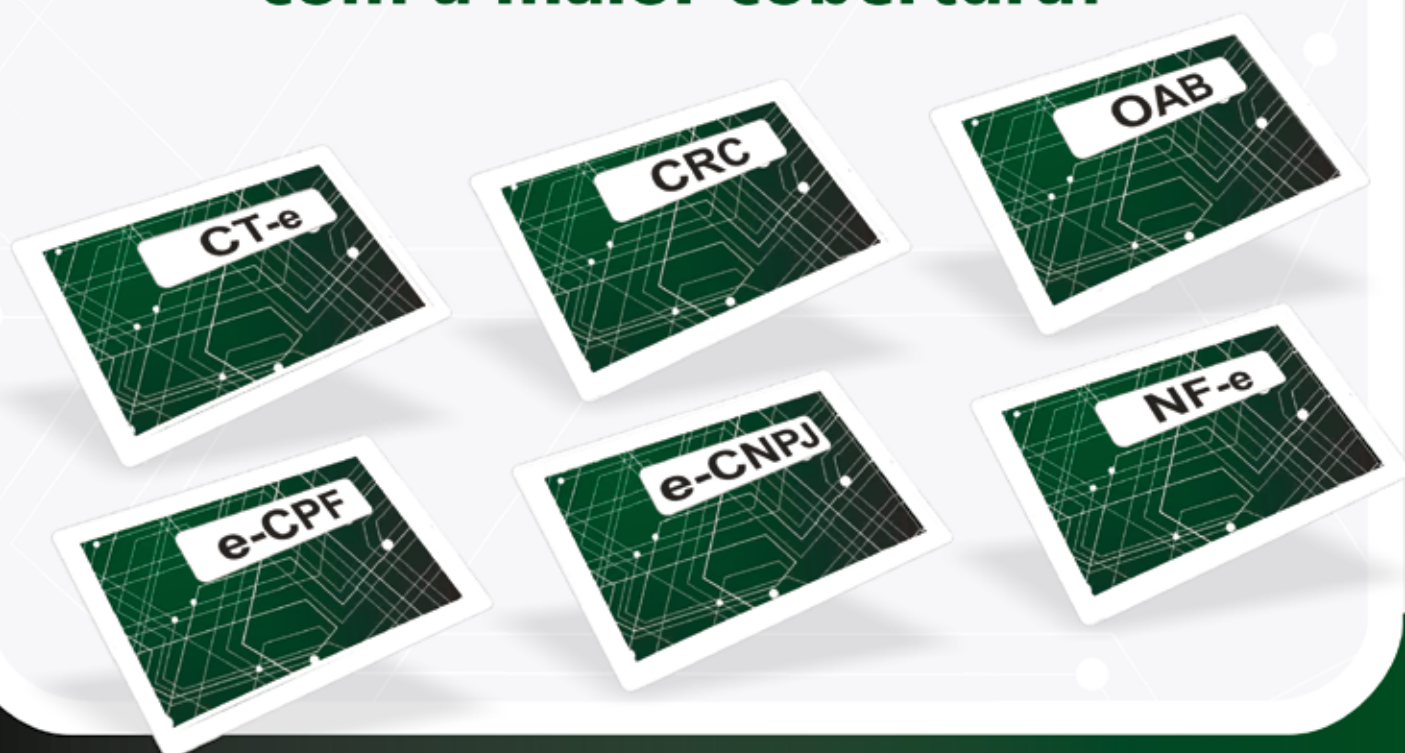
**Alterdata CND** - Suas Certidões Negativas de Débito de forma simples  
e práticas pra você ganhar mais tempo.



# Certificação Digital

## Faça a sua!

**É muito mais segurança,  
agilidade, sigilo e autonomia,  
com a maior cobertura!**



Entre em contato com os nossos agentes.

**Ligue já: (51) 3343-2090**

ou acesse: [www.sescon-rs.com.br](http://www.sescon-rs.com.br)



**Autoridade  
de Registro**  
em Certificação Digital